

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	43
Lei de Drogas Anotada .....	43
Ementa .....	43
Foco na atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas .....	44
Instituto uno .....	44

## TÍTULO I

### Disposições Preliminares

<b>Art. 1º</b> .....	47
Repetição indevida da ementa .....	47
SISNAD .....	47
Definição de drogas para efeitos legais .....	47
Drogas e saúde pública .....	48
Drogas. Direito Penal e Processual Penal .....	49
Listas editadas pelo Poder Executivo da União .....	50
Poder Executivo do Estado-membro ou Distrito Federal .....	50
Confronto entre lista vigente por força de lei federal e outros atos editados pelo Poder Executivo da União .....	50
Norma penal em branco .....	50
Princípio da retroatividade benigna e norma penal em branco .....	51
Tipos de norma penal em branco .....	51
Ausência de referência expressa ao órgão ou setor do Poder Executivo competente, para a edição da norma penal em branco de caráter heterólogo .....	52
Periodicidade .....	52
<b>Art.2º</b> .....	53
Proibição: regra .....	53
Ressalvas .....	53

Exceção instituída por lei.....	54
Exceção instituída por regulamento .....	54
Fiscalização.....	54
Respeito às ressalvas do <i>caput</i> do art. 2º .....	55
Divisão das exceções legais .....	55
Convenção de Viena. 1971. ONU. Substâncias Psicotrópicas .....	55
Equiparação da Convenção de Viena à Emenda Constitucional .....	55
Alcance e sentido das exceções .....	56
Plantas de uso estritamente ritualístico-religioso .....	57
Reserva criada pela própria Lei n. 11.343/2006 .....	57
Rituais mágicos .....	58
Destinatários da norma .....	58
Antinomia entre o princípio da preservação da saúde pública, da liberdade religiosa e preservação da memória cultural e identidade nacional.....	58
Conceito de pequenos grupos tradicionais .....	58
Religiões com multidão de adeptos.....	59
Política criminal da exceção com base em motivo religioso e de tradição cultural, comparativo com a liberdade de expressão individual e possibilidade de autolesão.....	59
Estado laico e possibilidade de extensão da exceção .....	59
Mensuração do pequeno grupo tradicional não-religioso.....	60
Finalidade medicinal ou científica contida no parágrafo único deste artigo .....	60
Penal. Dolo. Atipicidade conglobante .....	61

## TÍTULO II

### Do Sistema Nacional de Políticas Públicas Sobre Drogas

<b>Art. 3º</b> .....	65
SISNAD .....	65
Decreto n. 5.912 de 27/09/2006 .....	65

## CAPÍTULO I

### Dos princípios e dos objetivos do sistema nacional de políticas públicas sobre drogas

<b>Art. 4º</b> .....	67
Humanização da gestão pública sobre drogas .....	68
Diversidade e especificidades populacionais .....	69
Valores éticos, culturais e cidadania <i>versus</i> uso indevido de drogas e condutas correlatas .....	69

Fundamentos e estratégias .....	69
Responsabilidade compartilhada: Estado e sociedade .....	70
Intersectorialidade .....	70
Integração nacional e internacional .....	70
Cooperação mútua .....	71
Abordagem multidisciplinar .....	71
Estabilidade e bem-estar social .....	71
CONAD – Conselho Nacional Antidrogas .....	72

<b>Art. 5º</b> .....	72
Objetivo de destaque do SISNAD: inclusão social do cidadão .....	72
Concentração da inclusão social na criança e no adolescente .....	73
Percepção social da necessidade de priorizar a inclusão do menor .....	73
Construção e socialização do conhecimento .....	74
Integração entre as esferas de poder .....	75
Referência ao art. 3º .....	75

## CAPÍTULO II

### Da composição e da organização do sistema nacional de políticas públicas sobre drogas

<b>Art. 6º</b> .....	77
Mensagem de veto .....	77
Redação original .....	77
Razões do veto .....	77
Vigência com os vetos .....	78

<b>Art. 7º</b> .....	78
Organização e funcionamento do SISNAD .....	78
Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas .....	78

<b>Art. 8º (Vetado)</b> .....	79
Redação vetada .....	79
Razões do veto .....	79

## CAPÍTULO III

<b>Art. 9º</b> .....	81
Redação vetada .....	81
Razões do veto .....	82

<b>Art. 10</b> .....	82
Redação originária vetada.....	82
Razões do veto.....	82
Conteúdo educacional.....	82
<b>Art. 11</b> .....	83
Redação originária vetada.....	83
Razões do veto.....	83
<b>Art. 12</b> .....	83
Redação originária vetada.....	83
Razões do veto.....	84
<b>Art. 13</b> .....	84
Redação originária vetada.....	84
Razões do veto.....	84
<b>Art. 14</b> .....	84
Redação originária vetada.....	84
Razões do veto.....	84

## **CAPÍTULO IV**

### **Da coleta, análise e disseminação de informações sobre drogas**

<b>Art. 15</b> .....	85
Redação originária vetada.....	85
Razões do veto .....	85
Juízo de valor sobre o veto específico .....	85
Veto em bloco: impropriedade.....	86
Repetição do conteúdo vetado no Decreto n. 5.912/2006 .....	86
<b>Art. 16</b> .....	86
Notificação compulsória .....	87
Usuários recreacionais .....	87
Usuários dessociáveis.....	87
Usuários dependentes.....	87
Necessidade do sigilo quanto aos dados dos usuários dependentes.....	88
Distinção entre usuários recreacionais, dessociáveis e dependentes .....	88
Espontaneidade da inscrição. Autorização do usuário ou de seu representante legal.....	88
Autorização e poder familiar .....	89





<b>Art. 17</b> .....	89
<b>Intercâmbio de informações</b> .....	89

### **TÍTULO III**

## **Das Atividades de Prevenção do Uso Indevido, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas**

### **CAPÍTULO I**

#### **Da prevenção**

<b>Art. 18</b> .....	93
Temática da política pública sobre drogas .....	93
Atividades concomitantes da trindade .....	93
Atividades de prevenção .....	93
<b>Art. 19</b> .....	94
Princípios e diretrizes para a prevenção do uso indevido .....	95
Qualidade de vida e drogas e relação com a comunidade .....	95
Mecanismos antipreconceito e antiestigmatização .....	96
Conscientização individual .....	96
Parcerias .....	97
Estratégias diferenciadas .....	97
Não-uso, uso retardado e redução de riscos .....	97
Parcelas mais vulneráveis da população .....	98
Articulação .....	98
Melhoria da qualidade de vida .....	98
Profissionais de educação e prevenção .....	99
Projetos pedagógicos .....	99
Comandos do CONAD e órgãos de controle social de políticas setoriais específicas ..	99
Criança e adolescente: prevenção. Parágrafo único .....	100

### **CAPÍTULO II**

#### **Das atividades de atenção e de reinserção social de usuários ou dependentes de drogas**

<b>Art. 20</b> .....	101
Definição de atividades de atenção ao usuário, dependente e familiares .....	101
Trindade da política pública sobre drogas .....	101

<b>Art. 21</b> .....	101
Definição das atividades de reinserção social.....	101
Distinção entre integração e reintegração.....	102
<b>Art. 22</b> .....	102
Atenção e reinserção social como componentes conjunturais da política sobre drogas no tópico do consumo .....	103
Respeito ao usuário: garantias fundamentais da pessoa humana.....	103
Estratégias diferenciadas .....	103
Projeto terapêutico individualizado .....	103
Abrigo .....	104
Internação ou tratamento ambulatorial.....	104
Fornecimento de seringas descartáveis e posologia de drogas .....	104
Concordância do usuário.....	104
Atenção (multidisciplinar), regras do CONAD e dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas (Incisos IV, V e VI) .....	105
<b>Art. 23</b> .....	106
Ubiquidade dos programas públicos de atenção ao usuário e dependente.....	106
Previsão orçamentária.....	106
<b>Art. 24</b> .....	106
Inclusão ou reinserção social por intermédio do trabalho .....	106
Benefícios e caráter programático da norma .....	107
Vantagens tributárias.....	107
Facilidades para constituição das empresas.....	108
Licitações públicas .....	108
<b>Art. 25</b> .....	109
Parcerias público-privadas .....	109
Conceito de instituições da sociedade civil .....	109
Associações .....	109
Fundações.....	110
Organizações religiosas .....	110
Partidos políticos .....	110
Pressuposto para percepção dos recursos públicos.....	110
Classificação das pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos.....	111
<b>Art. 26</b> .....	111
Cacofonia da redação do dispositivo.....	111
Privação da liberdade e direito à saúde .....	112



Local do atendimento .....	112
Desnecessidade de autorização judicial .....	112
Regime prisional.....	113
Presos provisórios .....	113
Presos por motivo de dívida alimentícia e infidelidade no depósito .....	114
Regime disciplinar diferenciado.....	114
Medidas de segurança .....	114
Condenação por crime de tóxicos e medidas de segurança simultâneas .....	115

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos crimes e das penas**

<b>Art. 27 .....</b>	<b>117</b>
Política brasileira sobre drogas tendo como foco o usuário.....	117
Descriminalização, despenalização, diversificação e intervenção mínima .....	117
Opção do legislador.....	118
Lei de Introdução ao Código Penal .....	118
Posição do STF .....	119
Princípio da especialidade.....	119
Penas previstas .....	119
Momento da substituição.....	119
Procedimento para a substituição .....	120
Motivos para a substituição .....	120
Tipos de substituição.....	120
Limite temporal .....	121
Repactuação da transação penal.....	121
Iniciativa da substituição.....	121
Substituições sucessivas.....	122
Retorno à pena já substituída.....	122
Concordância do agente. Repactuação da transação penal.....	122
Concordância do condenado. Desnecessidade. Exceção .....	123
Infração penal de menor potencial ofensivo.....	123
Competência .....	124
 <b>Art. 28 .....</b>	 <b>125</b>
Sujeito ativo .....	126
Co-autoria.....	126
Participação.....	126
Subjetividade .....	127
Abrangência do dolo: uso próprio ou consumo pessoal.....	127

Normatividade do tipo.....	127
Objetividade jurídica.....	127
Sujeito passivo.....	127
Consumação e tentativa.....	128
Condutas puníveis e paralelo com o art. 16, Lei n. 6.368/76 (Entorpecentes)....	128
Vantagem da redação atual do tipo.....	128
Adquirir.....	129
Crime formal.....	129
Tentativa.....	129
Divergência doutrinária e jurisprudencial.....	130
Guardar.....	130
Crime permanente.....	130
Crime de mera conduta.....	131
Tentativa.....	131
Tiver em depósito.....	131
Crime permanente, de mera conduta e tentativa.....	131
Distinção entre guardar e tiver em depósito.....	131
Transportar.....	132
Crime formal.....	132
Tentativa.....	132
Trouxer consigo.....	133
Crime de mera conduta.....	133
Tentativa.....	133
Norma penal em branco.....	133
Agente que pratica as ações nucleares do tipo, não para o consumo pessoal da droga, mas de terceira pessoa.....	133
Co-autoria e participação e os crimes autônomos de instigação, induzimento ou auxílio ao uso indevido de drogas.....	134
Usuário recreacional e isenção de pena.....	134
Penas prosélitas.....	136
Modos de comprovação da situação de usuário recreacional.....	136
Atipicidade conglobante.....	137
Tipo misto alternativo.....	138
Princípio da insignificância.....	138
Inconstitucionalidade da criminalização.....	140
Autolesão.....	141
Ação pretérita.....	141
Legalização e opção política.....	142
Ineficácia da repressão pelo Estado.....	144



Figuras equiparadas.....	145
Mesmas medidas.....	145
Consumo pessoal.....	145
Semear.....	145
Sujeito ativo.....	146
Tentativa.....	146
Crime de mera conduta.....	146
Porte de sementes de plantas destinadas à preparação de pequena quantidade para uso pessoal.....	146
Sementes sem fecúndia.....	146
Cultivar.....	146
Sujeito ativo.....	147
Crime permanente.....	147
Prescrição.....	147
Retroatividade da lei penal e crime permanente.....	147
Menoridade.....	148
Prevenção e crime permanente.....	148
Flagrante e prisão.....	148
Tentativa.....	149
Colher.....	149
Sujeito ativo.....	149
Crime unissubsistente e de mera conduta.....	149
Tentativa.....	150
Co-autoria e participação nas três modalidades.....	150
Tipo misto alternativo.....	150
Pequena quantidade.....	150
Norma penal em branco.....	150
Lei n. 8.257, de 26 de novembro de 1991.....	150
Erro de tipo – art. 20, <i>caput</i> , CP.....	151
Erro de proibição – art. 21, CP.....	151
Crime militar e retroatividade benigna.....	151
Consumo pessoal.....	152
Determinação do consumo pessoal.....	152
Natureza.....	153
Grande e pequena quantidade da droga.....	153
Local da apreensão.....	153
Condições de desenvolvimento da ação.....	154
Circunstâncias sociais e pessoais do agente.....	154
Conduta do agente.....	154



Antecedentes.....	154
Antecedentes e transação penal.....	155
Concurso de critérios.....	155
Peso dos critérios.....	155
Concorrência do consumo pessoal com outras finalidades.....	156
Limite temporal das penas.....	156
Princípio da especialidade e sistema próprio.....	156
Natureza das entidades beneficiárias da prestação de serviços.....	157
Aptidão do agente para as tarefas.....	157
Proporção da pena.....	157
Redução do tempo de cumprimento da prestação de serviços.....	157
Medida educativa e tempo determinado.....	158
Sistema trifásico.....	158
Mínimo implícito.....	159
Fases da fixação da pena em caso de condenação.....	159
Contagem do prazo.....	160
Prestação de serviços à comunidade e Lei de Execução Penal.....	160
Medidas educativas.....	161
Pena de advertência sobre os efeitos das drogas.....	161
Inconstitucionalidade pela ausência do mínimo.....	162
Conceito de reincidência.....	163
Situações excludentes da reincidência.....	163
Transação penal.....	163
Reincidência específica dos crimes do art. 28.....	163
Teto da pena em caso de reincidência.....	164
Pena mínima na hipótese de reincidência.....	164
Referência máxima não obrigatória.....	164
Sentido do caráter preferencial.....	164
Exceção à regra.....	164
Escolha do condenado ou agente.....	165
Penas prosélitas.....	165
Ordem de sucessão.....	165
Caráter das penas prosélitas.....	165
Admoestação verbal.....	165
Ameaça de prisão para o cumprimento.....	166
Multa.....	166
Procedimento.....	166
Etapas do procedimento.....	166
Requisição pelo juiz criminal.....	167
Dispositivo redundante.....	167





Definição do tipo de tratamento.....	167
Tratamento forçado .....	168
<b>Art. 29 .....</b>	<b>168</b>
Fórmula para cálculo da multa .....	168
Reprovabilidade da conduta.....	168
Critério para valoração da unidade da pena pecuniária.....	168
Extinção da pena inicial.....	168
Procedimento .....	169
Exigibilidade da multa.....	169
Beneficiário dos valores das penas pecuniárias .....	169
<b>Art. 30 .....</b>	<b>169</b>
Imposição da pena .....	169
Execução da pena.....	169
Prazo simétrico.....	170
Início da contagem do prazo para prescrição da pretensão punitiva e pretensão executória.....	170
Regulação da prescrição da pretensão executória pela pena aplicada .....	170
Aumento do prazo em 1/3 pela reincidência .....	171
Interrupção do prazo .....	171
Suspensão do prazo.....	171
Redução do prazo prescricional pela faixa etária.....	171
Hipótese do art. 366, CPP.....	172
Competência do Juizado Especial Criminal e aplicação do art. 366, CPP .....	172
Transação penal.....	173
Art. 16, Lei n. 6.368/76 (Entorpecentes) e retroatividade benigna .....	173
Adequação da pena de ofício.....	173

## TÍTULO IV

### Da Repressão à Produção não Autorizada e ao Tráfico Ilícito de Drogas

#### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

<b>Art. 31 .....</b>	<b>177</b>
Licença prévia .....	177
Autoridade competente .....	177
Licença para consumo .....	177
Redução de riscos.....	177

<b>Art. 32</b> .....	178
Natureza da ilicitude das plantas.....	178
Sentido da imediatidade .....	178
Recolhimento de porção necessária à perícia .....	178
Auto de levantamento.....	179
Preservação da prova .....	179
Autorização judicial.....	179
Formas da destruição.....	179
Processo de incineração .....	180
Prorrogação do prazo.....	180
Amostras e preservação da prova.....	180
Quantitativo das amostras.....	181
Decisão judicial da autorização .....	181
Oitiva prévia do Ministério Público .....	181
Oitiva do agente ou acusado.....	181
Discordância do Ministério Público ou do defensor.....	182
Execução da incineração e "competência" da autoridade policial.....	182
Presença do membro do Ministério Público no ato de execução.....	182
Presença do Defensor.....	182
Publicidade da execução.....	183
Autoridade sanitária.....	183
Auto circunstanciado .....	183
Perícia no local da incineração.....	183
Recurso contra a decisão que autoriza ou nega a incineração.....	183
Os impetrantes .....	184
Delegado de Polícia como impetrante.....	184
Se o juiz deixa de se pronunciar acerca da autorização para a incineração .....	185
Delegado de Polícia que interpõe correição parcial .....	185
Justiça Federal .....	185
Queimada .....	186
Decreto n. 2.661, de 08 de julho de 1998 .....	186
Proteção ao meio ambiente.....	186
Autorização do SISNAMA.....	186
Expropriação .....	187
Lei n. 8.257, de 26 de novembro de 1991 .....	187
Resultado da ação penal e reflexo na expropriação .....	188
Cabimento da Lei n. 8.257/91 e responsabilidade objetiva .....	188
Habitualidade e constância na utilização do bem para a finalidade de tráfico ....	189
Gleba de terra e utilização para o tráfico constante e habitual .....	189



## CAPÍTULO II

## Dos crimes

<b>Art. 33</b> .....	191
Protótipo do crime de tráfico de drogas.....	191
Paralelo com o art. 12, Lei n. 6.368/76 (Entorpecentes) .....	191
Sujeito ativo .....	191
Sujeito passivo .....	191
Objetividade jurídica .....	191
Importar .....	192
Exportar .....	192
Formas da materialização das condutas de importar ou exportar .....	192
Remeter .....	192
Preparar.....	192
Produzir .....	192
Distinção entre preparação e produção .....	192
Fabricar .....	192
Adquirir .....	193
Vender .....	193
Permuta .....	193
Expor à venda .....	193
Exibição de catálogo, <i>menu</i> ou listagem sobre drogas .....	193
Exposição virtual .....	194
Oferecer.....	194
Oferta como estímulo para a aquisição.....	194
Oferecimento virtual .....	194
Ter em depósito, guardar, transportar e trazer consigo .....	194
Prescrever .....	194
Crime próprio.....	195
Veterinário e agrônomo .....	195
Prescrição e uso pessoal .....	195
Ministrar .....	195
Consentimento do consumidor da droga.....	195
Entregar a consumo .....	195
Agente intermediário .....	196
Dúvida entre o crime autônomo de entregar a consumo de qualquer forma e participação .....	196
Fornecer mesmo que gratuitamente .....	197
Fornecimento gratuito para consumo conjunto .....	197
Consumação .....	197

Tentativa .....	197
Demais modalidades .....	197
Preparar e produzir .....	197
Elemento normativo do tipo e tipo misto alternativo .....	198
Propósito mercantilista .....	198
Exasperação das penas .....	198
Cálculo da multa e sistema do dia-multa .....	198
O valor do dia-multa .....	199
Maior salário mínimo .....	199
Atualização, pagamento, dívida de valor e suspensão da multa .....	199
Crêterios para aplicação da pena de multa .....	199
Mais do mesmo e círculo vicioso .....	200
Destino da pena pecuniária .....	200
Figuras equiparadas .....	200
Ações .....	201
Matéria-prima .....	201
Insumo .....	201
Produto químico .....	201
Abrangência do dolo e imputação objetiva .....	201
Preparação das drogas e consumo pessoal .....	202
Semear, cultivar e fazer a colheita .....	202
Finalidade de consumo próprio e pequena quantidade .....	202
Utilização direta ou consentimento para utilização por outrem .....	203
Conflito aparente de normas .....	203
Local .....	203
Natureza do bem .....	204
Consentimento .....	204
Utilizar .....	204
Ação instantânea .....	204
Consentir e sua repercussão .....	204
Sentido de consentir .....	204
Crime de mera conduta .....	204
Propriedade .....	205
Posse .....	205
Administração .....	205
Guarda .....	205
Vigilância .....	205
Induzimento .....	205
Instigação .....	205
Distinção .....	206



Auxílio.....	206
Sucessão das ações .....	206
Fornecimento da própria droga .....	206
Consumação .....	206
Tentativa .....	206
Recusa ou resistência da vítima que não usa a droga.....	207
Terceiro que faz o uso indevido da droga.....	207
Sentido da expressão uso indevido.....	207
Uso autorizado .....	207
Incentivo ou difusão.....	207
Posicionamento ideológico pela descriminalização ou apologia.....	207
Atipicidade conglobante .....	208
Marcelo D2 .....	208
Impossibilidade da caracterização do crime.....	208
Transformação do induzimento ou instigação na recidiva do crime do art. 12, § 2º, II, Lei n. 6.368/76 (Entorpecentes).....	209
Pena mínima em abstrato e suspensão condicional do processo .....	209
Exasperação da pena de multa .....	209
Consumo compartilhado.....	209
Oferecer.....	209
Meras tratativas para aquisição conjunta da droga.....	210
Tentativa .....	210
Oferta sem o consumo do ofertante .....	210
Consumo que não se realiza .....	210
Sentido da expressão “eventualmente” .....	210
O receptor da oferenda .....	210
Objetivo de lucro.....	211
Significado de lucro .....	211
Vantagem diversa da financeira .....	211
Pessoa de relacionamento do agente .....	211
Namorados .....	211
Recusa do destinatário.....	212
Pluralidade de destinatários .....	212
Infração penal de menor potencial ofensivo.....	212
Concomitância das penas previstas no art. 28.....	212
Penas autônomas.....	213
Tráfico privilegiado .....	213
Compreensão do termo “poderá” .....	213
Conversão em restritiva de direitos .....	213
Critério para a aplicação do quantitativo da diminuição da pena .....	214





Primário .....	214
Bons antecedentes .....	214
Inquéritos concluídos ou não; ações penais ainda não julgadas definitivamente...	214
Dedicação a atividades criminosas .....	214
Integração à organização criminosa .....	214
Concorrência das circunstâncias .....	215
Agente primário e de bons antecedentes .....	215
Crimes ocorridos antes da vigência da lei .....	215
Combinação de leis .....	215
Divergência jurisprudencial sobre o tema .....	216
Inadmissibilidade de redução incidente sobre a pena do art. 12, Lei n. 6.368/76 .....	217
<b>Art. 34</b> .....	218
Incriminação abrangente .....	218
Fabricar, adquirir, transportar, oferecer, vender, guardar e fornecer .....	218
Utilizar .....	218
Consumação .....	218
Tentativa .....	219
Distribuir .....	219
Crime de mera conduta .....	219
Entregar a qualquer título .....	219
Sentido da expressão "qualquer título" .....	219
Crime doloso .....	219
Abrangência do dolo .....	219
Possuir .....	220
Crime de mera conduta .....	220
Tentativa .....	220
Erro de tipo e erro de proibição .....	220
Exasperação da pena .....	220
Proporcionalidade e tráfico privilegiado .....	220
<b>Art. 35</b> .....	221
Conduta típica .....	221
Elemento subjetivo .....	221
Consumação .....	222
Tentativa .....	222
Episódica congregação de forças, intenção e ações para a prática dos crimes dos arts. 33 e 34 .....	222
Na hipótese de um dos associados ser menor .....	222
Concurso material .....	222



Estabilidade .....	223
Concurso de pessoas.....	223
Associação e advogado .....	223
Crimes hediondos.....	224
Associação e posse da droga .....	224
Agente que aluga o imóvel para a associação.....	224
Médico e outros profissionais da saúde que atende componentes da associação ...	224
Pena exasperada .....	225
Associação para o financiamento ou custeio do tráfico .....	226
Reiteração .....	226
Concurso com o financiamento ou custeio.....	226
<b>Art. 36 .....</b>	<b>226</b>
Financiamento .....	226
Custeamento .....	226
Prática dos crimes.....	227
Elemento subjetivo .....	227
Ausência de conhecimento do agente financeiro ou do custeio quanto à finalidade ...	227
Cometimento dos crimes do art. 33, <i>caput</i> e § 1º e art. 34 .....	227
Concurso entre os crimes.....	228
Autofinanciamento ou autocusteio .....	228
Consumação .....	228
Tentativa .....	228
Crime material .....	228
Densidade da pena .....	229
Proporcionalidade e redução da pena.....	229
Crime hediondo .....	230
Reincidente genérico.....	230
Reincidente específico .....	230
Fixação do regime e sua progressão .....	230
<b>Art. 37 .....</b>	<b>231</b>
Pulverização típica .....	231
Sentido da colaboração.....	231
Colaboração irrelevante .....	231
Informação sobre escola .....	231
Elemento subjetivo .....	232
Materialização da informação.....	232
Consumação .....	232
Informante menor .....	232

Informados menores.....	233
Distinção entre grupo, organização ou associação.....	233
Suspensão condicional da pena e princípio da proporcionalidade .....	236
<b>Art. 38 .....</b>	<b>238</b>
Paradigma da Lei n. 6.368/76 (Entorpecentes) com o delito de prescrição culposa de drogas .....	239
Crime próprio.....	239
Ação de prescrever .....	239
Consumação .....	239
Secretária ou auxiliar do profissional que recebe a receita.....	240
Tentativa .....	240
Ministrar.....	240
Sujeitos ativos .....	240
Veterinário e agrônomo .....	240
Consumação .....	240
Tentativa .....	240
Profissional não habilitado, que teve a habilitação cassada ou revogada .....	241
Veterinário e ação de prescrever.....	241
Excesso evidente da dose.....	241
Dolo .....	241
Perfis da culpa.....	241
Infração de menor potencial ofensivo.....	242
Responsabilidade civil e administrativa.....	242
Transação penal e suspensão condicional do processo .....	242
Interseção da instância administrativa com a penal.....	242
Natureza jurídica dos Conselhos Federais.....	243
<b>Art. 39 .....</b>	<b>244</b>
Conduta típica .....	244
Crime de perigo .....	244
Conexão entre os efeitos da droga consumida e a condução expositora do dano potencial .....	244
Ausência de efeitos das drogas .....	244
Quantidade da droga.....	245
Sujeito ativo .....	245
Co-piloto ou co-condutor .....	245
Local da condução .....	245
Via pública terrestre.....	245
Espaço isolado .....	245

Ocorrência de resultados danosos.....	246
Quantidade de tolerância das drogas.....	246
Constatação .....	246
Negativa do agente em se submeter ao exame .....	246
Se há concordância do agente.....	247
Indiciado necessitado de acolhida médico/hospitalar, dado o episódio da condução .....	247
Prova técnica.....	247
Agente encontrado com droga .....	248
Embarcação .....	248
Aeronave .....	248
Asa-delta, ultraleve, pára-quedas e <i>paraglider</i> * .....	248
Aeromodelismo.....	248
Condução sob o efeito exclusivo do álcool .....	249
Concomitância do efeito de droga e álcool .....	249
Resultado danoso.....	250
Suspensão condicional da pena.....	250
Apreensão do veículo.....	250
Cassação e proibição da obtenção de habilitação .....	251
Habilitação vencida .....	251
Suspensão condicional da pena.....	251
Forma qualificada .....	251
Pena de prisão .....	252
Cumulação com as demais penas .....	252
Paridade das penas com a privativa da liberdade na forma qualificada .....	252
Veículo de transporte coletivo .....	252
Transporte gratuito .....	252
Caronas e passeios consentidos.....	253
<b>Art. 40 .....</b>	<b>253</b>
Causa de aumento de pena .....	253
Flutuação da fração majorante de 1/6 a 2/3.....	253
Concorrência de circunstâncias .....	253
Proporcionalidade como critério .....	253
Esquema sugestivo das majorações .....	254
Outro critério.....	254
Natureza e procedência .....	254
Circunstâncias do fato.....	255
Conjugação dos fatores.....	255
Sentido da expressão “evidenciarem” .....	255
Transnacionalidade .....	255

Função pública .....	255
Cometimento do fato no exercício de cargo ou emprego público sem a conotação de função pública .....	256
Agente que trabalha em função pública para empresa ou entidade permissionária ou concessionária em atividade típica da Administração Pública .....	256
Atividade típica da Administração Pública .....	256
Missão de educação .....	256
Poder familiar .....	257
Guarda .....	257
Vigilância .....	257
Prevalecimento .....	257
Justificativa para essa incidência .....	258
Significado de dependências .....	258
Diferença do sistema anterior: Lei 6.368/76 – art. 18, IV (Entorpecentes) .....	258
Imediações .....	259
Estabelecimentos prisionais .....	259
Preso como agente e majoração .....	259
Estabelecimentos para recolhimento de adolescentes .....	260
Estabelecimentos de ensino .....	260
Estabelecimentos hospitalares .....	260
Sedes de entidades estudantis .....	260
Entidades sociais, culturais, recreativas, esportivas e beneficentes .....	260
Locais de trabalho coletivo .....	260
Conjugação de locais de trabalho coletivo com os estabelecimentos ou entidades ..	261
Recintos onde se realizam espetáculos ou diversões .....	261
Caráter episódico dos locais .....	261
Serviços de tratamento de dependentes de drogas ou reinserção social .....	262
Unidades militares ou policiais .....	262
Transportes públicos .....	262
Transporte clandestino .....	262
Pontos de ônibus ou metrô .....	263
Violência e grave ameaça à pessoa .....	263
Emprego de arma de fogo .....	263
Agente que emprega a arma de fogo em situação regular segundo a Lei 10.826/2003 .....	264
Arma de brinquedo .....	264
Processo de intimidação difusa ou coletiva .....	264
Diferença entre intimidação difusa e coletiva .....	265
Proporcionalidade .....	265
Envolvimento .....	266
Sentido da expressão “visar” .....	266



Conceito de criança e adolescente .....	266
Aplicação excepcional do estatuto e ausência de reflexo para a majorante .....	266
Adolescente emancipado .....	267
Outras formas de cessação da incapacidade .....	267
Redução e supressão da capacidade de entendimento e determinação .....	267
Interdição .....	268
Prova .....	268
Índios .....	268
Competência. Justiça Federal .....	269
Artigo 36 e a duplicidade da previsão típica .....	269
Inocuidade do dispositivo .....	269
<b>Art. 41</b> .....	269
Recompensa pela inculpação alheia .....	270
Condenação do delatado .....	270
Aferição da importância da inculpação alheia .....	270
Delação inverídica ou retratada .....	270
Ajuste entre delator, Defensor, Delegado de Polícia e Promotor de Justiça .....	270
Inculpação alheia sem a presença de Defensor ao indiciado ou réu, delator e delatado .....	271
Inculpação alheia no interrogatório .....	271
Discordância do Ministério Público quanto a redução da pena .....	271
Recuperação do produto do crime .....	271
Definição de produto do crime .....	271
Proventos ou proveito do crime .....	272
Interpretação ampliativa para se englobar na hipótese os proveitos do crime ...	272
Cotejo com a Lei n. 10.409/2002 (Antitóxicos) .....	272
Critério para a diminuição .....	273
<b>Art. 42</b> .....	273
Propósito do legislador .....	273
Desnecessidade da aplicação e ociosidade do dispositivo .....	273
<b>Art. 43</b> .....	273
Sistemática do cálculo da pena pecuniária .....	274
Valor do dia-multa .....	274
Atualização da multa .....	274
Concurso de crimes .....	275
Aumento do valor da pena pecuniária .....	275
Regra do art. 60, § 1º, CP (Critérios especiais da pena de multa) .....	275
Justificativa para o aumento .....	275

Pagamento da multa .....	275
Natureza jurídica da multa (Modo de conversão).....	276
Suspensão da execução da multa .....	276
Multa e conversão em prisão .....	276
Impossibilidade financeira de pagamento e ausência de bens do condenado .....	276
Multa e justiça gratuita.....	277

<b>Art. 44</b> .....	277
Restrições de benefícios ante à presunção de periculosidade .....	277
Fiança.....	277
Graça e anistia .....	278
Indulto e graça.....	278
Inconstitucionalidade da restrição aos outros institutos: <i>sursis</i> , liberdade provisória e conversão da pena privativa da liberdade em restritiva de direitos .....	279
<i>Sursis</i> e não conversão da privativa da liberdade em restritiva de direito .....	280
Lei n. 11.464/2007, .....	280
Confronto do art. 44, Lei n. 11.343/2006 e Lei n. 11.464/2007, no tocante à liberdade provisória .....	280
Regime de cumprimento de pena .....	281
Livramento condicional .....	282

<b>Art. 45</b> .....	282
Inimputabilidade .....	282
Dependência .....	282
Força maior .....	283
Caso fortuito .....	283
Conseqüência da incapacidade penal plena.....	283
Sistema anterior: Lei n. 6.368/76 (Entorpecentes).....	283
Natureza do tratamento médico adequado .....	283
Sistema da Lei n. 11.343/2006 .....	284

<b>Art. 46</b> .....	284
Semi-responsabilidade .....	284
Aferição .....	284
Conseqüências da semi-responsabilidade.....	284
Critério para a oscilação do redutor .....	284
Medida de Segurança para o semi-responsável.....	285

<b>Art. 47</b> .....	285
Tratamento médico ao condenado.....	285





Vertente dúplice .....	286
Avaliação .....	286
Resistência à determinação do tratamento .....	286
Descumprimento da determinação pelo condenado .....	286
Usuário recreacional .....	286
Dever de fundamentação da decisão nessa particularidade .....	287
Referência ao artigo 26 .....	287

## CAPÍTULO III

### Do procedimento penal

<b>Art. 48</b> .....	289
Regra principal para o procedimento .....	289
Competência do Juizado Especial Criminal .....	290
Hipótese de concurso .....	290
Transação penal para crime do art. 28 no juízo comum .....	290
Suspensão condicional do processo para o crime do art. 28 no juízo comum ...	290
Distinção da fase preliminar com a prevista no art. 69, Lei 9.099/95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais) .....	291
Presença da Defensoria Pública .....	291
Impossibilidade de encaminhamento imediato .....	292
Exame de corpo de delito .....	292
Cautela da autoridade policial .....	292
Conveniência a critério da autoridade policial .....	292
Liberação .....	293
Transação penal .....	293
Discordância do agente ou de seu defensor .....	293
Recusa do Ministério Público .....	293
Diálogos transacionais .....	294
<b>Art. 49</b> .....	294
Proteção especial a testemunhas e réus colaboradores .....	294
Perdão judicial .....	295
Concorrência das circunstâncias dos <i>incisos</i> do art. 13, Lei n. 9.807/99 .....	295
Redução de pena .....	296
Competência para aplicação do perdão judicial e redução de pena .....	296
Medidas especiais de segurança .....	296
Recomendação das circunstâncias .....	297
Disciplina legislativa da proteção no Estado de Minas Gerais .....	297



Seção I - Da investigação.....	297
<b>Art. 50</b> .....	297
Flagrante .....	298
Ausência de vista ao Ministério Público .....	298
Exame judicial do mérito do flagrante .....	298
Decisão judicial sobre a análise do flagrante – § 1º, art. 50.....	298
Promotor de Justiça manifestando pela legalidade do auto.....	299
Manifestação ministerial pela ilegalidade do flagrante, quando já ratificado ou homologado pelo juiz.....	299
Flagrante relaxado pelo juiz e com parecer ministerial desfavorável.....	299
Liberdade provisória .....	299
Laudo preliminar de constatação .....	300
Requisitos .....	300
Perito oficial .....	300
Pessoa idônea.....	300
Nomeação do perito <i>ad hoc</i> .....	300
Termo de compromisso do perito <i>ad hoc</i> .....	300
Policial, condutor do flagrante ou Delegado de Polícia como perito <i>ad hoc</i> .....	301
Ausência do laudo de constatação preliminar.....	301
Súmula 361 do STF.....	301
Sistema especial da lei de tóxicos.....	301
Laudo definitivo .....	302
Laudo definitivo e elaboração por um só perito.....	302
Realização da perícia por mais de um <i>expert</i> .....	302
Impedimento para o laudo definitivo – § 2º, art. 50 .....	302
<b>Art. 51</b> .....	303
Ausência de cumprimento dos prazos .....	303
Duplicação dos prazos .....	304
Justificativas .....	304
Recurso .....	304
Autoridade policial e Mandado de Segurança.....	305
Indiciado e decisão que negou a duplicação do prazo.....	305
Legitimidade para o requerimento de duplicação do prazo.....	305
Quantidade de duplicação.....	305
Desnecessidade de se utilizar o prazo total da duplicação.....	305
Conferência pelo juiz de prazo menor do que o dobro.....	306
Prazo global para formação de culpa: réu preso.....	306
Exceções .....	307



Excesso de prazo justificado .....	307
Extrapolação parcial .....	308
<b>Art. 52</b> .....	308
Opções da autoridade policiais, findos os prazos investigativos iniciais.....	309
Oitiva do Ministério Público .....	309
Deferimento das diligências e oitiva do Ministério Público .....	309
Promotor de Justiça que discorda das diligências e oferta denúncia.....	310
Concordância parcial do Promotor de Justiça com as diligências policiais.....	310
Diligências complementares.....	310
Elucidação do fato .....	310
Indicação de bens, direitos e valores .....	311
Prazo de (3) três dias para apresentação das diligências complementares .....	311
Requerimento de diligências complementares pelas partes e determinação oficial.....	312
<b>Art. 53</b> .....	312
Persecução criminal .....	312
Mecanismos para incremento da persecução criminal (investigatória).....	313
Infiltração e não-atuação policial como diligências complementares.....	313
Procedimentos investigatórios além dos previstos em lei .....	313
Autorização judicial.....	313
Determinação de ofício.....	313
Iniciativa.....	314
Atuação do Ministério Público .....	314
Defesa e investigado .....	314
Recurso contra a decisão que aprecia o pedido .....	314
Sigilo.....	314
Lei n. 9.034, de 03 de maio de 1995 .....	315
Infiltração .....	315
Circunstâncias e limites da infiltração .....	315
Atuação do agente .....	316
Excesso .....	316
Excesso em prol da eficácia da investigação e imputação objetiva.....	316
Não-atuação policial .....	317
Paradigma da Lei n. 9.034/95, de 03 de maio de 1995.....	317
Território brasileiro .....	317
Ação penal.....	317
Prescrição.....	318
Requisitos para a não-atuação policial: itinerário provável e identificação dos agentes ou colaboradores .....	318



Seção II - Da Instrução Criminal.....	318
<b>Art. 54</b> .....	318
Remessa do expediente de <i>notitia criminis</i> a juízo criminal .....	319
Prioridade a ser dada aos procedimentos oriundos de CPIs .....	319
Opções do Ministério Público ao receber os autos de inquérito ou informação com o apontamento do fato delituoso .....	319
Discordância do juiz quanto ao pedido de arquivamento .....	319
Aplicação do art. 28, CPP e prisão (Da Ação Penal) .....	320
Decisão sobre o pedido de diligências .....	320
Posição da autoridade policial quanto ao cumprimento da diligência .....	320
Oferecimento da denúncia e recurso .....	321
Rol de testemunhas.....	321
Exclusão do cômputo legal de testemunhas .....	321
Número máximo de testemunhas, pluralidade de réus, e mais de um fato deduzido na imputação.....	322
Requerimento de outras provas .....	322
<b>Art. 55</b> .....	322
Notificação .....	323
Denunciado em lugar incerto e não sabido .....	323
Notificação por precatória.....	324
Notificação na pessoa do cônjuge, filho, pais ou irmãos do denunciado .....	324
Forma da defesa prévia.....	324
Contagem do prazo de 10 dias .....	324
Resposta, defesa prévia e defesa preliminar .....	324
Arguição de preliminares.....	324
Invocação de todas as razões de Defesa .....	325
Produção de prova documental.....	325
Justificações .....	325
Especificação de provas.....	325
Número de testemunhas .....	325
Ausência de resposta do denunciado .....	325
Denunciado que permanece inerte, mesmo tendo condições de constituir Defensor..	326
Decisão do juiz .....	326
Esclarecimentos imprescindíveis .....	326
Apresentação do preso .....	326
Inconstitucionalidade de diligências a cargo do juiz.....	326
Finalidade da apresentação do preso .....	327
<b>Art. 56</b> .....	327
Recebimento da denúncia.....	328



Testemunhas .....	328
Carta precatória .....	328
Intimação do réu domiciliado fora do juízo processante para acompanhar a oitiva de testemunhas. Hipótese de réu preso .....	328
Laudos periciais .....	328
Ausência do laudo toxicológico definitivo .....	328
<i>Fac simile</i> do laudo .....	329
Afastamento cautelar do funcionário público – § 1º do art. 56 .....	329
Conceito de funcionário público .....	330
Direitos e vantagens funcionais durante o afastamento .....	330
Funcionário público e demissão <i>ad nutum</i> .....	330
Fundamentação da decisão .....	330
Prazos para realização da audiência – § 2º do art. 56 .....	331
<b>Art. 57</b> .....	331
Seqüência dos atos em audiência .....	331
Sustentação oral .....	331
Crítério para prorrogação do tempo destinado às alegações finais .....	331
Imprescindibilidade das alegações finais .....	332
Substituição das alegações orais por memoriais .....	332
Pluralidade de réus e prazo .....	332
Pendência de precatória .....	332
Procedimento do interrogatório – parágrafo único do art. 57 .....	333
Indagação quanto a dependência .....	334
<b>Art. 58</b> .....	334
Sentença proferida de imediato – <i>caput</i> do art. 58 .....	334
Prazo de 10 dias - <i>caput</i> do art. 58 .....	334
Destruição de drogas por incineração .....	335
Reserva para a contraprova e justificativa .....	335
Quantidade da droga preservada .....	335
Decisão prevista no § 2º do art. 58 .....	335
Justificativa .....	335
Quantidade e valor .....	335
Oitiva da Defesa .....	336
<b>Art. 59</b> .....	336
Compreensão e alcance do dispositivo .....	336
Direito ao recurso .....	336

**CAPÍTULO IV****Da apreensão, arrecadação e destinação de bens do acusado**

<b>Art. 60</b> .....	339
Medidas cautelares .....	340
Pré-requisitos das cautelares .....	340
Apreensão de bens .....	340
Apreensão de bens diretamente pela autoridade policial .....	340
Sequestro de bens .....	340
Pressupostos para o sequestro de bens .....	341
Indícios veementes para sequestro de bens .....	341
Sequestro e cabimento da busca e apreensão de bens .....	341
Especialização de hipoteca legal .....	341
Ministério Público .....	341
Autoridade policial .....	341
Recurso contra a decisão que aprecia o incidente cautelar .....	342
Juízo de retratação – § 1º, art. 60 .....	342
Inversão do ônus da prova – §§ 1º e 2º, art. 60 .....	342
Comparecimento pessoal do acusado – § 3º, art. 60 .....	343
Comparecimento através de Defensor .....	343
Restituição requerida por terceiros .....	343
Conservação de bens – § 3º, art. 60 .....	343
Suspensão da ordem – § 4º, art. 60 .....	344
 <b>Art. 61</b> .....	 344
Antecipação dos efeitos do confisco .....	344
Beneficiários .....	344
Decisão judicial .....	344
Recurso contra decisão que autoriza ou nega a autorização .....	345
Vistoria, avaliação e depósito do bem .....	345
Ausência de reconhecimento final do confisco do bem .....	345
Responsabilidade pública .....	345
Desaparecimento do bem e indenização .....	345
Ausência de prejuízo à produção das provas .....	346
Alteração do registro .....	346
Pagamento de multas, tributos e outros encargos .....	346
 <b>Art. 62</b> .....	 347
Apreensão dos instrumentos do crime .....	349
Regular apreensão .....	349



Regime específico das armas de fogo .....	349
Utilização antecipada pela autoridade policial .....	349
Interesse público pela não-utilização .....	349
Apreensão de valores em dinheiro e cheques – § § 2º e 3º, art. 62 .....	350
Moeda estrangeira .....	350
Alienação antecipada de bens apreendidos – § 4º <i>usque</i> 11, art. 62 .....	350
Oportunidade para o aforamento e legitimidade ativa .....	350
Caráter satisfativo da ação cautelar .....	350
Exceção automática dos bens para alienação .....	351
Autuação apartada .....	351
Competência .....	351
Admissibilidade do procedimento .....	351
Nexo de instrumentalidade .....	351
Perda de valor econômico e verificação <i>a priori</i> .....	351
Decisão que determina a avaliação .....	352
Correção do procedimento .....	352
Recurso contra a decisão que admite ou não o procedimento, realizando a avaliação ou refutando-a .....	352
Efeitos da apelação .....	352
Mandado de Segurança .....	353
Manifestação do acusado/interessado ou da SENAD .....	353
Avaliação .....	353
Manifestação sobre o laudo .....	353
Ausência de homologação .....	353
Alienação em leilão .....	353
Leilão .....	353
Produto do leilão: destino .....	354
Art. 61, parágrafo único e art. 62, § 11 .....	354

<b>Art. 63</b> .....	354
Regime do Código Penal .....	354
Sistema da Lei n. 11.343/2006 .....	355
Transferência de valores ao FUNAD .....	355
SENAD .....	355
Convênios – § 3º, art. 63 .....	356
Comunicação à SENAD .....	356
Terceiros de boa-fé .....	356
Imóvel ou veículo alugado por traficante .....	356
Veículo alienado fiduciariamente .....	356



<b>Art. 64</b> .....	357
Destinação de recursos .....	357
Sistema de convênios .....	357
Lei n. 7.560, de dezembro de 1986 .....	357

## TÍTULO V

### Da Cooperação Internacional

<b>Art. 65</b> .....	361
Recomendação .....	361

## TÍTULO VI

### Disposições Finais e Transitórias

<b>Art. 66</b> .....	365
Efeito ultra-ativo .....	365

<b>Art. 67</b> .....	365
Condições para distribuição dos recursos .....	365

<b>Art. 68</b> .....	366
Dependência de legislação específica .....	366
Estímulos fiscais .....	366

<b>Art. 69</b> .....	366
Encerramento de atividades .....	367
Falência .....	367
Liquidação extrajudicial .....	367
Juízo competente para as providências .....	367
Lacramento das instalações .....	368
Autoridade sanitária .....	368
Ministério Público .....	368
Restrição à participação na licitação – § 1º, art. 68 .....	368
Material não expropriado – §§ 2º e 3º, art. 68 .....	368

<b>Art. 70</b> .....	368
Crime transnacional .....	368
Competência .....	369

<b>Art. 71</b> .....	369
Conteúdo .....	369
Razões do veto .....	369
Efeitos práticos do veto .....	369
<b>Art. 72</b> .....	369
Destruição periódica de drogas .....	370
Critério para a determinação .....	370
<b>Art. 73</b> .....	370
Norma de exortação .....	370
Exclusão dos Municípios .....	370
<b>Art. 74</b> .....	370
Vacatio legis .....	371
<b>Art. 75</b> .....	371
Leis anteriores revogadas .....	371
Aplicação da lei revogada .....	371
Fato praticado na vigência da Lei n. 6.368/76 e sem início do processo durante a vigência da Lei n. 10.409/2002 .....	371
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	373

